Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

vol. 21 | 2005
Livro e Iconografia

História cultural e história das idéias

diálogos historiográficos

Cultural History and History of the Ideas – Historical Dialogues

José D'Assunção Barros

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/3353>

DOI: 10.4000/cultura.3353

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Janeiro 2005

Paginação: 259-286

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

José D'Assunção Barros, « História cultural e história das idéias », *Cultura* [Online], vol. 21 | 2005, posto online no dia 24 março 2018, consultado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/3353> ; DOI : 10.4000/cultura.3353

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

História cultural e história das idéias

diálogos historiográficos

Cultural History and History of the Ideas – Historical Dialogues

José D'Assunção Barros

NOTA DO AUTOR

O presente artigo remete, como referência principal, a um livro publicado recentemente pelo autor, e que se refere a um estudo das várias modalidades da História. Referências: José D'Assunção Barros, *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004, 222 pp.

Entre as várias modalidades historiográficas que foram se consolidando no decurso do século XX, algumas têm primado pela riqueza de possibilidades que abrem aos historiadores que as praticam. A *História Cultural* – campo historiográfico que se torna mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX, mas que tem claros antecedentes desde o início do século – é entre estas particularmente rica no sentido de abrigar no seu seio diferentes possibilidades de tratamento e âmbitos temáticos. Nosso objetivo aqui será o de elaborar um pequeno panorama inicial das principais tendências que se têm projetado no campo da *História Cultural* e, na segunda parte deste ensaio, discutir mais aprofundadamente a *História das Idéias* como um dos domínios mais significativos da História Cultural.

Para introduzir um universo comum a todas as tendências de aqui falaremos, consideraremos que a História Cultural é aquele campo do saber historiográfico atravessado pela noção de "cultura" (da mesma maneira que a História Política é o campo atravessado pela noção de "poder", ou que a História Demográfica funda-se essencialmente sobre o conceito de "população", e assim por diante).¹ Cultura, contudo, é um conceito extremamente polissêmico, notando-se ainda que o século XX trouxe-lhe

novas redefinições e abordagens em relação ao que se pensava no século XIX como um âmbito cultural digno de ser investigado pelos historiadores.

Orientando-se em geral por uma noção muito restrita de "cultura", os historiadores do século XIX costumavam passar ao largo das manifestações culturais de todos os tipos que aparecem através da cultura popular, além de também ignorarem que qualquer objeto material produzido pelo homem faz também parte da cultura – da cultura material, mais especificamente. Além disto, negligenciava-se o fato de que toda a vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura através dos modos de vida, das práticas culturais e das representações. De fato, ao existir qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isto seja preciso ser um artista, um intelectual, ou um artesão. A própria linguagem, e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social, embasam esta noção mais ampla de Cultura. "Comunicar" é produzir Cultura, e de saída isto já implica na duplicidade reconhecida entre Cultura Oral e Cultura Escrita (sem falar que o ser humano também se comunica através dos gestos, do corpo, e da sua maneira de estar no mundo social, isto é, do seu 'modo de vida').

Apenas para exemplificar com uma situação significativa, tornemos um "livro", este objeto cultural reconhecido por todos os que até hoje se debruçaram sobre os problemas culturais. Ao escrever um livro, o seu autor está incorporando o papel de um produtor cultural. Isto todos reconhecem. O que foi acrescentado pelas mais modernas teorias da comunicação é que, ao ler este livro, um leitor comum também está produzindo cultura. A leitura, enfim, é prática criadora – tão importante quanto o gesto da escritura do livro. Pode-se dizer, ainda, que cada leitor recria o texto original de uma nova maneira – isto de acordo com os seus âmbitos de "competência textual" e com as suas especificidades (inclusive a sua capacidade de comparar o texto com outros que leu, e que podem não ter sido previstos ou sequer conhecidos pelo autor do texto original que está se prestando à leitura). Desta forma, uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural, ela também se constitui no momento da recepção. Este exemplo, aqui o evocamos com o fito de destacar a complexidade que envolve qualquer prática cultural (e elas são de número indefinido).

Desde já, para aproveitar o exemplo acima discutido, poderemos evocar uma delimitação já moderna de História Cultural elaborada por Georges Duby.² Para o historiador francês, este campo historiográfico estudaria dentro de um contexto social os "mecanismos de produção dos objetos culturais" (aqui entendidos como quaisquer objetos culturais, e não apenas as obras-primas oficialmente reconhecidas). O exemplo acima proposto autoriza-nos a acrescentar algo. A História Cultural enfoca não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, como também os seus mecanismos de recepção (e já vimos que, de um modo ou de outro, a recepção é também uma forma de produção). Estabelecido isto, retomemos a comparação entre os atuais tratamentos historiográficos da Cultura e aqueles que eram tão típicos do século XIX.

Ao ignorar a inevitável complexidade da noção básica que a fundamentava, a História da Cultura tal como era praticada nos tempos antigos era uma história elitizada, tanto nos sujeitos como nos objetos estudados. A noção de "cultura" que a perpassava era uma noção demasiado restrita, que os avanços da reflexão antropológica vieram desautorizar. Não que as produções culturais que as várias épocas reconhecem como "alta cultura", ou que a produção artística que está hoje sacramentada pela prática museológica tenham perdido interesse para os historiadores. Ao contrário, estuda-se Arte e Literatura do ponto de vista historiográfico muito mais do que nos séculos anteriores ao século XX.

Apenas que a estes interesses mais restritos acrescentou-se uma infinidade de outros. Tal parece ter sido a principal contribuição do último século para a História Cultural. Para além disto, passou-se a avaliar a Cultura também como processo comunicativo, e não como a totalidade dos bens culturais produzidos pelo homem. Este aspecto, para o qual confluíram as contribuições advindas das teorias semióticas da cultura, também representou um passo decisivo.

As noções que se acoplam mais habitualmente à de "cultura" para constituir um universo de abrangência da História Cultural são as de "linguagem" (ou comunicação), "representações", e de "práticas" (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as 'práticas discursivas' como as 'práticas não-discursivas'). Para além disto, a tendência nas ciências humanas de hoje é muito mais a de falar em uma 'pluralidade de culturas' do que em uma única Cultura tomada de forma generalizada. Em nosso caso, como estamos empregando a História Cultural como um dos enfoques possíveis para o historiador que se depara com uma realidade social a ser decifrada, utilizaremos em algumas ocasiões a expressão empregada no singular como ordenadora desta dimensão complexa da vida humana. Trata-se no entanto de uma dimensão múltipla, plural, complexa, e que pode gerar diversas aproximações diferenciadas.

Os objetos de interesse da História Cultural, face à noção complexa de cultura que hoje predomina nos meios da historiografia profissional, são inúmeros. A começar pelos objetos de interesse que já faziam parte dos antigos estudos historiográficos da Cultura, e que se referem ao campo das expressões artísticas, continuaremos mencionando o âmbito das Artes, da Literatura e da Ciência – campo já de si multi-diversificado, no qual podem ser observadas desde as imagens que o homem produz de si mesmo, da sociedade em que vive e do mundo que o cerca, até as condições sociais de produção e circulação dos objetos de arte e literatura. Fora estes objetos culturais já de há muito reconhecidos, e que de resto sintonizam com a "cultura letrada", incluiremos todos os objetos da 'cultura material' e os materiais (concretos ou não) oriundos da "cultura popular" produzida ao nível da vida cotidiana através de atores de diferentes especificidades sociais.

De igual maneira, uma nova História Cultural interessar-se-á simultaneamente pelos sujeitos produtores e receptores de cultura – o que abarca tanto a função social dos 'intelectuais' de todos os tipos (no sentido amplo, conforme veremos adiante), até o público receptor, o leitor comum, ou as massas capturadas modernamente pela chamada "indústria cultural" (esta que, aliás, também pode ser relacionada como uma agência produtora e difusora de cultura). Agências de produção e difusão cultural também se encontram no âmbito institucional: os Sistemas Educativos, a Imprensa, os meios de comunicação, as organizações socioculturais e religiosas.

Para além dos sujeitos e agências que produzem a cultura, estudam-se os meios através dos quais esta se produz e se transmite: as *práticas* e os *processos*. Por fim, a 'matéria-prima' cultural propriamente dita (os padrões que estão por trás dos objetos culturais produzidos): as *visões de mundo* e *representações*, os sistemas de valores, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os 'modos de vida' relacionados aos vários grupos sociais, as concepções relativas a estes vários grupos sociais, as idéias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos tipos. Com um investimento mais próximo à História das Mentalidades, podem ser estudados ainda os modos de pensar e de sentir tomados coletivamente (na verdade, o que hoje é chamado de História

das Mentalidades desdobrou-se originalmente do âmbito da História Cultural, e em um futuro contexto pode retornar a este âmbito em um novo giro historiográfico).

Estes inúmeros objetos de interesse da História Cultural têm constituído um foco especial de interesses da parte de vários historiadores do século XX. Um esquema sobre os vários âmbitos possíveis da História Cultural pode combinar quatro dos elementos fundamentais acima citados (objetos culturais, sujeitos, sistemas, processos) com quatro dimensões essenciais que se multiplicam logo a seguir: as práticas, as representações, as visões de mundo, as expressões.

Clarifiquemos o esquema proposto. Tudo o que o homem faz em termos de cultura pode ser referido às funções fundamentais que estão à direita – dentro dos triângulos maiores – e que correspondem a quatro gestos culturais essenciais: as *práticas* relacionam-se ao "fazer"; as *representações* relacionam-se ao "representar"; as *visões de mundo* relacionam-se ao "ver" (no sentido de conceber), e as *expressões* relacionam-se ao impulso do ser humano de se "expressar" de maneiras diversas. Essas funções fundamentais correspondem cada qual a muitos desdobramentos possíveis.

Assim, as *práticas* podem se referir aos 'modos de vida' (a vida em um grande centro urbano ou a vida recolhida em um mosteiro, por exemplo), aos 'comportamentos' dos homens nas suas relações mútuas ou nas suas relações com a Natureza, aos 'sistemas normativos' que regem os relacionamentos sociais e funcionais (as normas de convivência, os papéis partilhados nas relações de gêneros e nas relações de parentesco, os sistemas de repressão ou de imposição hierárquica), às 'técnicas' (procedimentos para produzir objetos culturais, ou também para utilizá-los com vista à feitura de algo), ou a 'práticas culturais específicas' (a leitura de um livro, a escrita, o ato de orar, a realização de um jogo).

Em diversas ocasiões, os 'sistemas normativos' que foram indicados no âmbito das práticas podem se associar às 'representações sociais' (pode-se dar como exemplo a trifuncionalidade medieval, que dividia a sociedade nos *ordos* dos *oratores*, *laboratores* e

bellatores). Aqui já estaremos adentrando o âmbito das *representações*, que para além das 'representações sociais' propriamente ditas também pode se referir a 'imagens' (tanto às reproduções e reelaborações de imagens percebidas como às imagens imaginadas ou produzidas pela mente), e por fim aos 'símbolos', que correspondem à possibilidade de associar uma imagem a um conceito. Nestes casos, a História Cultural interconecta-se diretamente com a História do Imaginário, uma dimensão historiográfica que na verdade se desdobrou mais recentemente da História Cultural em sentido mais amplo.

Ainda com relação às representações sociais, estas podem também estar associadas à produção de 'ideologias'. A Ideologia, conforme veremos mais adiante, é um fenômeno complexo. A meio caminho entre as representações e as visões de mundo, o ideológico produz a interação de subconjuntos coerentes de representações sociais com comportamentos específicos (portanto, produz uma interação entre representações e práticas sociais). Mas seria mais adequado situar as 'ideologias' no âmbito das *visões de mundo*, no qual localizaremos os valores, as idéias e as teorias. Esse campo da História Cultural, desde já podemos notar, sintoniza-se diretamente com o domínio da História das Idéias. Entre outras possibilidades, pode-se estudar por exemplo as idéias políticas (a Democracia, o Estado Absoluto, as diversas trajetórias da noção de Liberdade ou de Igualdade nos vários períodos históricos), ou conjuntos teóricos mais abrangentes e acabados como o Positivismo. E vale ainda lembrar que as idéias podem ser examinadas pelo historiador no âmbito das produções individuais (uma História Intelectual propriamente dita) ou no âmbito de correntes de pensamento para as quais contribuíram grupos de indivíduos (o Iluminismo, o Liberalismo, o Socialismo). Mas quando começa a se aproximar de uma dimensão coletiva mais abrangente, no limite possível chegando a determinada visão de mundo que corresponda ou afete a toda uma coletividade (e não mais apenas a indivíduos ou grupos de indivíduos) o historiador pode principiar a perceber também certos 'modos de pensar e de sentir' que em muitos casos podem ser também objetos de uma História das Mentalidades. Aqui, o objeto de estudo e as fontes históricas estarão particularmente endereçadas com vistas a capturar o homem comum – que por não possuir uma vida excepcional pode por isso mesmo oferecer um melhor acesso ao fundo mental coletivo – ou para as grandes massas de indivíduos passíveis de serem capturadas, no que se refere às permanências e variações em seus modos de pensar e de sentir, pelas grandes séries documentais por vezes examinadas em longa duração.

É também com uma preocupação em compreender mais de perto o homem comum, fazendo incidir sobre ele uma História Vista de Baixo, que alguns historiadores – bastante eficazes em estabelecer uma firme conexão entre História Cultural, História Social e História Política – mostram-se particularmente interessados em examinar temas como os protestos populares, os *charivari*, a música rústica das manifestações, e diversas outras formas de 'expressões coletivas'.³ Aqui estaremos entrando no último âmbito de desdobramentos que se abre para os historiadores da cultura: as *expressões culturais*.

O âmbito das *expressões* prossegue com este que é talvez o mais tradicional dos objetos de interesse da História Cultural, e que corresponde às diversas expressões artísticas – as Artes Visuais, a Música, o Cinema, o Teatro, a Literatura – mas cumprindo notar que não teremos mais aqui apenas aquela que já foi chamada de "alta cultura", já que nos dias de hoje os historiadores voltam-se também com especial interesse para a Cultura Popular. E, por fim, constituem objeto de profundo interesse da História Cultural a própria linguagem, os modos de comunicação e os discursos – aqui se entendendo "discurso" tanto no sentido mais amplo que se refere aos discursos científicos e multidisciplinares (o

discurso jurídico, o discurso político, o discurso dos historiadores de determinado período), como também no sentido mais restrito que se refere à materialização específica de um discurso em forma de texto escrito ou na forma de enunciação através da oralidade.

Conforme se vê, estamos aqui um quadro bastante amplo mas que ainda deve ser acrescido de uma complexidade adicional. Tal como se disse, a História Cultural pode se preocupar com estudo de *objetos culturais, sujeitos, sistemas e processos* (lado esquerdo do quadro) – elementos que podem perpassar as diversas dimensões enunciadas e também dialogarem uns com os outros. Se estudo um determinado Sistema Religioso – e a História Religiosa é um domínio que se sintoniza bastante com a dimensão da História Cultural, embora também com a História Social e em muitos casos com a História Política – estarei preocupado com determinados sujeitos e agentes (os sacerdotes, os praticantes, e a própria Igreja como uma agência maior) e possivelmente deverei me familiarizar com determinados objetos culturais que são os objetos de culto, a indumentária eclesiástica, e assim por diante. Mas da mesma forma estarei circulando entre as *práticas e representações* acima mencionadas, investigando as *visões de mundo* que amparam tal sistema religioso, e muito possivelmente examinando as *expressões culturais* que se associam a este sistema religioso, o que pode incluir desde as formas arquitetônicas de uma Catedral até os discursos que se concretizam nos sermões e bulas papais.

O exame de um determinado processo cultural – como por exemplo a aculturação de uma tribo indígena ou a apropriação do Cinema para determinadas finalidades políticas – implica também em conhecer os sujeitos envolvidos e em compreender como estes se relacionam com as práticas e representações envolvidas neste processo. O estudo da apropriação política do Cinema – objeto possível a uma conexão entre a História Cultural e a História Política – implica em que o historiador conheça a fundo esta forma de expressão artística que é o Cinema e a sua linguagem específica, e além disto ele provavelmente terá entre suas fontes não apenas o filme propriamente dito (um objeto cultural que materializa representações de todos os tipos) como também os próprios discursos dos cineastas e outros agentes envolvidos com a produção, crítica, difusão e consumo do Cinema.

Desta maneira, um esquema completo que se proponha a mostrar a abrangência da História Cultural com relação a seus objetos de estudo e de interesse deve trabalhar com estas complexidades. Práticas, Representações, Visões de Mundo e Expressões Culturais estão constantemente se interpenetrando na constituição de um determinado 'sistema' ou desenrolar de um determinado 'processo' cultural, e ao mesmo tempo sempre envolverão 'sujeitos' e 'objetos culturais' específicos.

Em função do quadro acima levantado, será imprescindível clarificar, neste passo, algumas das principais noções que amparam o trabalho historiador da Cultura, a começar pelas próprias noções de práticas e representações.

O que são as "práticas culturais"? Antes de mais nada, e acompanhando o que já foi exposto, convém ter em vista que esta noção deve ser pensada não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições várias, às técnicas e às realizações (por exemplo os objetos culturais produzidos por uma sociedade), mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem,

solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros.

Será possível compreender isto a partir de um exemplo concreto. Para este fim, acompanharemos as "práticas culturais" (e neste caso as "práticas sociais"), que se entreteceram no Ocidente Europeu durante um período situado entre a Idade Média e o período Moderno com relação à aceitação ou rejeição da figura do "mendigo".

Entre o fim do século XI e o início do século XIII, o pobre, e entre os vários tipos de pobres o mendigo, desempenhava um papel vital e orgânico nas sociedades cristãs do Ocidente Europeu. A sua existência social era justificada como sendo primordial para a "salvação do rico".⁴ Conseqüentemente, o mendigo – pelo menos o mendigo conhecido – era bem acolhido na sociedade medieval. Toda comunidade, cidade ou mosteiro queria ter os seus mendigos, pois eles eram vistos como laços entre o céu e a terra – instrumentos através dos quais os ricos poderiam exercer a caridade para expiar os seus pecados. Esta visão do pobre como 'instrumento de salvação para o rico', antecipemos desde já, é uma 'representação cultural'.

A postura medieval em relação aos mendigos gerava 'práticas', mais especificamente costumes e modos de convivência. Tal como mencionamos atrás, fazem parte do conjunto das "práticas culturais" de uma sociedade também os 'modos de vida', as 'atitudes' (acolhimento, hostilidade, desconfiança), ou as normas de convivência (caridade, discriminação, repúdio). Tudo isto, conforme veremos, são práticas culturais que, além de gerarem eventualmente produtos culturais no sentido literário e artístico, geram também padrões de vida cotidiana ("cultura" no moderno sentido antropológico).

No século XIII, com as ordens mendicantes inauguradas por São Francisco de Assis, a valorização do pedinte pobre recebe ainda um novo impulso. Antes ainda havia aquela visão amplamente difundida de que, embora o pobre fosse instrumento de salvação necessário para o rico, o mendigo em si mesmo estaria naquela condição como resultado de um pecado. O seu sofrimento pessoal, enfim, não era gratuito, mas resultado de uma determinação oriunda do plano espiritual. Os franciscanos apressam-se em desfazer esta 'representação'. Seus esforços atuam no sentido de produzir um discurso de reabilitação da imagem do pobre, e mais especificamente do mendigo. O pobre deveria ser estimado pelo seu valor humano, e não apenas por desempenhar este importante papel na economia de salvação das almas. O mendigo não deveria ser mais visto em associação a um estado pecaminoso, embora útil.

Estas 'representações' medievais do pobre, com seus sutis deslocamentos, são complementares a inúmeras 'práticas'. Desenvolvem-se as instituições hospitalares, os projetos de educação para os pobres, as caridades paroquiais, as esmolarias de príncipes. A literatura dos romances, os dramas litúrgicos, as iconografias das igrejas e a arte dos trovadores difundem, em meio a suas práticas, representações do pobre que lhe dão um lugar relativamente confortável na sociedade. Havia os pobres locais, que eram praticamente adotados pela sociedade na qual se inseriam, e os "pobres de passagem" – os mendigos forasteiros que, se não eram acolhidos em definitivo, pelo menos recebiam alimentação e cuidados por um certo período antes de serem convidados a seguir viagem.

Daremos agora um salto no tempo para verificar como se transformaram estas práticas e representações com a passagem para a Idade Moderna. No século XVI, o mendigo forasteiro será recebido com extrema desconfiança. Ele passa a ser visto de maneira cada vez mais excludente. Suas 'representações', em geral, tendem a estar inseridas no âmbito da marginalidade. Pergunta-se que doenças estará prestes a transmitir, se não será um

bandido, por que razões não permaneceu no seu lugar de origem, por que não tem uma ocupação qualquer. Assim mesmo, quando um mendigo forasteiro aparecia em uma cidade, no século XVI ele ainda era tratado e alimentado antes de ser expulso. Já no século XVII, ele teria a sua cabeça raspada (um sinal representativo de exclusão), algumas décadas depois ele passaria a ser açoitado, e já no fim deste século a mendicidade implicaria na condenação.⁵

O mendigo, que na Idade Média beneficiara-se de uma representação que o redefinia "instrumento necessário para a salvação do rico", era agora penalizado por se mostrar aos poderes dominantes como uma ameaça contra o sistema de trabalho assalariado do Capitalismo, que não podia desprezar braços humanos de custo barato para pôr em movimento suas máquinas e teares, e nem permitir que se difundissem exemplos e modelos inspiradores de vadiagem. O mendigo passava a ser representado então como um desocupado, um estorvo que ameaçava a sociedade (e não mais como um ser merecedor de caridade). Ele passa a ser então assimilado aos marginais, aos criminosos – sua representação mais comum é a do vagabundo. Algumas canções e obras literárias irão representá-lo com alguma frequência desta nova maneira, os discursos jurídicos e policiais farão isto *sempre*. As novas tecnologias de poder passariam a visar a sua reeducação, e quando isto não fosse possível a sua punição exemplar. Novas práticas irão substituir as antigas, consolidando novos costumes.

O exemplo discutido acima, embora tenha requerido uma digressão de alguns parágrafos, pretende contribuir para uma melhor compreensão destes dois conceitos que são tão falados, mas nem sempre tão bem compreendidos. Chama atenção para a complementaridade das "práticas e representações", e para a extensão de cada uma destas noções. As práticas relativas aos mendigos forasteiros geram representações, e as suas representações geram práticas, em um emaranhado de atitudes e gestos no qual não é possível distinguir onde estão os começos (se em determinadas práticas, se em determinadas representações).

Poderemos dar outros exemplos mais breves. Um livro é um objeto cultural bem conhecido no nosso tipo de sociedade. Para a sua produção, são movimentadas determinadas práticas culturais e também representações, sem contar que o próprio livro, depois de produzido, irá difundir novas representações e contribuir para a produção de novas práticas.

As práticas culturais que aparecem na construção do livro são tanto de ordem *autoral* (modos de escrever, de pensar ou expor o que será escrito), como *editoriais* (reunir o que foi escrito para constituir-lo em livro), ou ainda *artesanais* (a construção do livro na sua materialidade, dependendo de estarmos na era dos manuscritos ou da impressão). Da mesma forma, quando um autor se põe a escrever um livro, ele se conforma a determinadas representações do que deve ser um livro, a certas representações concernentes ao gênero literário no qual se inscreverá a sua obra (o que já nos remete ao campo das *expressões culturais*), a representações concernentes aos temas por ela desenvolvidos. Este autor também poderá se tornar criador de novas representações, que encontrarão no devido tempo uma ressonância maior ou menor no circuito leitor ou na sociedade mais ampla.

Com relação a este último aspecto, já vimos que a leitura de um livro também gera práticas criadoras, podendo produzir concomitantemente práticas sociais. Será o livro lido em leitura silenciosa, em recinto privado, em uma biblioteca, em praça pública? Sabemos que sua leitura poderá ser individual ou coletiva (um letrado, por exemplo, pode

ler o livro para uma multidão de não-letrados), e que o seu conteúdo poderá ser imposto ou rediscutido. Por fim, a partir da leitura e difusão do conteúdo do livro, poderão ser geradas inúmeras representações novas sobre os temas que o atravessam, que em alguns casos poderão passar a fazer parte das representações coletivas.

A produção de um bem cultural, como um livro ou qualquer outro, está necessariamente inscrita em um universo regido por estes dois pólos que são as práticas e as representações. Para além disto, um livro pode ser o veículo de determinadas *expressões* culturais, conforme seja uma obra literária ou ensaística, e seu discurso pode ensejar certa visão de mundo, o que interliga as quatro funções culturais anteriormente expostas no nosso esquema sobre a História Cultural. Os exemplos são indefinidos. Cantar músicas em um sarau era uma forma de expressão cultural e uma prática cultural da qual participavam os trovadores medievais, que desta forma contribuíam para elaborar através de suas canções uma série de representações a serem reforçadas ou difundidas (o Amor Cortês, a vida cavaleiresca). Um sistema educativo inscreve-se em uma prática cultural, e ao mesmo tempo inculca naqueles que a ele se submetem determinadas representações destinadas a moldar certos padrões de caráter e a viabilizar um determinado repertório lingüístico e comunicativo que será vital para a vida social, pelo menos tal como a concebem os poderes dominantes. Em todos estes casos, como também no exemplo do mendigo desenvolvido mais acima, as práticas e representações são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais.

As noções complementares de "práticas e representações" são bastante úteis, porque através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, como também os processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades através da consolidação de seus costumes. Dependendo de meu objeto de estudo, estarei também abordando as visões de mundo e as expressões culturais – estas últimas referindo-se tanto ao aspecto estético trazido pelas expressões artísticas como aos discursos que se materializam a todo instante em textos ou a partir de outros sistemas de comunicação que não necessariamente a escrita.

De alguma maneira, a noção de 'representação', em associação com alguns dos desdobramentos que vimos associados à noção de 'visão de mundo', pretende corrigir aspectos lacunares que aparecem em noções mais ambíguas, como por exemplo a de "mentalidades". Vimos através dos exemplos acima que as representações podem – através da interação com visões de mundo específicas – estar associadas aos modos de pensar e de sentir, inclusive coletivos, embora as representações não se restrinjam apenas a esses modos de pensar e de sentir. Para evocar algumas associações entre 'representações' e 'expressões culturais', podemos ter em vista que quando um pintor produz a sua representação de uma catedral, com tela e tintas, ou quando um escritor descreve ou inventa uma catedral através de um poema ou de um romance, temos em ambos os casos representações, embora não coletivas. Tal como assevera Jacques Le Goff (1985), o campo das representações "engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida", e está ligado ao processo de abstração.⁶ O âmbito das representações, ainda conforme Le Goff, também pode abarcar elementos associados ao Imaginário. As representações do poder – como por exemplo a associação do poder absoluto ao Rei-Sol, a visualização deste poder em termos de centro a ser ocupado ou de cume a ser atingido – associam-se a um determinado imaginário político.

Deve-se ter notado que – ao nos referirmos atrás a "representações", "práticas", "mentalidades", "imaginário" – em todos estes casos preferimos utilizar a expressão "noção" ao invés de "conceito". As "noções" são 'quase conceitos', mas ainda funcionam como tateamentos na elaboração do conhecimento científico, atuando à maneira de imagens de aproximação de um determinado objeto de conhecimento (imagens que, rigorosamente, ainda não se acham suficientemente delimitadas). Muitas vezes as noções são resultados de uma descoberta progressiva, de experiências, de investimentos criativos de um ou mais autores que podem ou não ser incorporados mais regularmente pela comunidade científica. Mentalidades, Imaginário e Representações são noções que ainda estão sendo experimentadas no campo das ciências humanas – na História, estas expressões fizeram a sua entrada a apenas algumas poucas décadas ("mentalidades" é expressão forjada a partir da historiografia francesa da década de 1960; "imaginário" é uma palavra que apenas recentemente migrou para o campo histórico, importada de campos como a psicologia e a fenomenologia).

Com o tempo uma "noção" pode ir se transformando em "conceito", à medida que adquire uma maior delimitação e em que uma comunidade científica desenvolve uma consciência maior dos seus limites, da extensão de objetos à qual se aplica. Os "conceitos", pode-se dizer, são instrumentos de conhecimento mais elaborados, longamente amadurecidos, o que não impede que existam conceitos com grande margem de polissemismo (como o conceito de "ideologia" ou, tal como já dissemos, como o próprio conceito de "cultura").

"Práticas" e "representações" são ainda noções que estão sendo elaboradas no campo da História Cultural. Mas, tal como já ressaltamos, elas têm possibilitado novas perspectivas para o estudo historiográfico da Cultura, porque juntas permitem abarcar um conjunto maior de fenômenos culturais, além de chamarem atenção para o dinamismo destes fenômenos. Por outro lado, citamos atrás algumas 'representações do poder' que produzem associações com um determinado imaginário político (centralização, periferia, marginalização). Quando uma representação liga-se a um circuito de significados fora de si e já bem entronizado em uma determinada 'comunidade discursiva', esta representação começa a se avizinhar de outra categoria da História Cultural que é o "símbolo".

"Símbolo" é uma categoria teórica já há muito tempo amadurecida no seio das ciências humanas – seja na História, na Antropologia, na Sociologia ou na Psicologia. Não é mais uma 'noção', mas sim um 'conceito' que pode ser empregado "quando o objeto considerado é remetido para um sistema de valores subjacente, histórico ou ideal".⁷ Alguns símbolos podem ser polivalentes. A *serpente*, por exemplo, pode ser empregada como símbolo do ciclo, da renovação (sentido inspirado pela mudança de peles que ocorre ciclicamente no animal serpente), mas também pode ser empregado como símbolo da astúcia, da maldade (sentidos que remetem ao universo bíblico). Aquilo que os historiadores da cultura têm chamado de campo das representações pode abarcar tanto as representações produzidas ao nível individual (as representações artísticas, por exemplo), como as representações coletivas, certos elementos que já fazem parte do âmbito do imaginário e, com especial importância, os "símbolos", que constituem um dos recursos mais importantes da comunicação humana.

As representações podem ainda ser apropriadas ou imprimidas de uma direção socialmente motivada, situação que remete a outro conceito fundamental para a História Cultural, que é o de "ideologia" – e que já apontamos atrás como um dos desdobramentos possíveis a serem associados à categoria maior das 'visões de mundo'. A Ideologia, de fato, é produzida a partir da interação de subconjuntos coerentes de representações e de

comportamentos que passam a reger as atitudes e as tomadas de posição dos homens nos seus inter-relacionamentos sociais e políticos. No exemplo do mendigo, vimos como as suas representações sociais e deslocamentos no universo mental dos homens medievais atendiam a determinados interesses sociais ou a determinadas motivações coletivas. Podemos dizer que aquelas representações estavam sendo apropriadas ideologicamente. A difusão de uma franca hostilidade com relação ao mendigo do período moderno e a impregnação de novas tecnologias de exclusão nos discursos que o tomam como objeto (a sua classificação como vagabundo, a raspagem da cabeça) acabam fazendo com que sem querer a maioria das pessoas da sociedade industrial comecem a pressionar todos os seus membros a encontrarem uma ocupação no sistema capitalista de trabalho. Isto é um processo ideológico.

Por vezes, a ideologia aparece como um projeto de agir sobre determinado circuito de representações no intuito de produzir determinados resultados sociais. Georges Duby, por exemplo, examina em uma de suas obras como uma antiga representação do mundo social em três ordens – *oratores*, *bellatores*, *laboratores* – é reapropriada ideologicamente a determinada altura da sociedade feudal, sendo possível identificar as primeiras produções culturais da Idade Média em que aparece este novo sentido ideológico acoplado ao circuito de representações da sociedade tripartida.⁸

A ideologia aparece, desta forma, como um projeto de agir sobre a sociedade (este é, aliás, um outro sentido empregado para 'ideologia', que, conforme veremos adiante, é um conceito extremamente polissêmico). Outros exemplos similares ao estudado por Georges Duby são propostos por Jacques Le Goff para o mesmo período, conforme poderemos examinar na passagem reproduzida abaixo:⁹

"Quando os clérigos da Idade Média exprimem a estrutura da sociedade terrena pela imagem dos dois gládios – o do temporal e o do espiritual, o do poder real e o do poder pontifical – não descrevem a sociedade: impõem-lhe uma imagem destinada a separar nitidamente os clérigos dos leigos e a estabelecer entre eles uma hierarquia, pois o gládio espiritual é superior ao gládio material. Quando estes mesmos clérigos distinguem nos comportamentos humanos sete pecados capitais, o que eles fazem não é a descrição dos maus comportamentos, mas sim a construção de um instrumento adequado ao combate contra os vícios em nome da ideologia cristã"

A ideologia, poderíamos dizer, corresponde a uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses. É uma visão de mundo que se impõe, de modo a cumprir determinado projeto social ou a atender certos interesses políticos e, por trás destes, econômicos. O nível de consciência ou de automatismo como isto é feito é questão aberta, e que dificilmente poderá ser um dia encerrada. Também se discute se ideologia é uma dimensão que se refere à totalidade social (uma instância ideológica) ou se existem ideologias associadas a determinados grupos ou classes sociais (ideologia burguesa, ideologia proletária). Na verdade, ideologia é um conceito que tem sido empregado por autores distintos com inúmeros sentidos no campo das ciências humanas, e por isto um historiador que pretenda utilizar este conceito deve se apressar a definir com bastante clareza o sentido com o qual o está utilizando. Na acepção mais restrita que empregamos acima, a ideologia está sempre associada a um determinado sistema de valores. A ideologia, de acordo com este uso, tem a ver com 'poder', com 'controle social' exercido sobre os membros de uma sociedade, geralmente sem que estes tenham consciência disto e muitas vezes sem que os próprios agentes implicados na produção e

difusão de imagens que alimentam o âmbito ideológico tenham eles mesmos uma consciência mais clara dos modos como o poder está sendo exercido.

Cabe precisamente aos historiadores da cultura examinar estas relações ideológicas, para que não realizem uma História Cultural meramente descritiva, como aquela que propunha Huizinga em um famoso ensaio do início do século XX ao afirmar que o objetivo fundamental da História Cultural é meramente morfológico, "ou seja, a descrição de padrões de cultura ou, por outras palavras ainda, pensamentos, sentimentos e a sua expressão em obras de arte e de literatura".¹⁰ É também este mesmo tipo de História da Cultura o que foi realizado por Jacob Burckhardt no século XIX, ao procurar recuperar aquilo que chamou de "espírito da época" na sociedade renascentista.

Esclarecidos os conceitos fundamentais que acabam permeando boa parte das reflexões encaminhadas pela História Cultural – ideologia, símbolo, representação, prática – poderemos exemplificar com um horizonte teórico inaugurado por Chartier (1980) dentro do enfoque histórico-cultural, e que tem precisamente na noção de "representação" um dos seus alicerces fundamentais.¹¹ De fato, a História Cultural, tal como a entende o historiador francês, "tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler".

As representações, acrescenta Chartier, inserem-se "em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação" – em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras "lutas de representações".¹² E estas lutas geram inúmeras 'apropriações' possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano. Estamos aqui bem longe do modelo de História da Cultura proposto por Huizinga. O modelo cultural de Chartier é claramente atravessado pela noção de "poder" (o que, de certa forma, faz dele também um modelo de História Política).

Para encaminhar esta interação entre cultura e poder, tem a sua entrada uma outra noção primordial. "Apropriação", conjuntamente com as noções de "representação" e de "prática", constitui precisamente a terceira noção fundamental que conforma a perspectiva de História Cultural desenvolvida por Roger Chartier – esta perspectiva que, nos dizeres do próprio historiador francês, procura compreender as práticas que constroem o mundo como representação".¹³

A perspectiva cultural desenvolvida por autores como Roger Chartier e Michel de Certeau, enfim, constitui um dos três eixos mais influentes para o atual desenvolvimento de uma História Cultural, ao lado de outras perspectivas importantíssimas como aquelas que são trazidas no âmbito do materialismo histórico pela Escola Inglesa (Thompson) e pela abordagem polifônica da cultura (Bakhtin e Ginzburg).

É imprescindível remarcar ainda a presença, na História Cultural e suas adjacências, de todo um grupo de historiadores que toma para objeto o discurso científico, e o discurso historiográfico em particular, consolidando uma linha de reflexões que teve alguns de seus textos pioneiros com Michel Foucault, notadamente a partir de *A Arqueologia do Saber* (1969).¹⁴ Herdeiros desta nova perspectiva que desloca o olhar de uma pretensa realidade social para o campo dos discursos, aparecem aqui as análises de Hayden White (1973) e Dominick LaCapra (1985) a respeito da História como uma forma de narrativa como todas as outras, a incluir componentes de retórica, estilo e imaginação literária que devem ser decifradas pelos analistas do discurso historiográfico.¹⁵ Ocorre aqui uma conexão entre a

História Cultural ('dimensão' examinada pelo historiador) e uma *História do Discurso* ('abordagem', aqui entendida como o campo histórico que examina o discurso a partir de técnicas diversas como a semiótica e a análise do discurso propriamente dita).

Por fim, há aqueles historiadores da cultura que se especializaram em certos 'domínios' da História, como por exemplo Gombrich e Giulio Carlo Argan para o caso da História da Arte – este último um historiador associado à perspectiva marxista (à qual deveremos aliás acrescentar os trabalhos de Arnold Hauser, particularmente preocupado em constituir uma História Social da Arte e uma História Social da Cultura). Domínios ainda mais específicos têm se constituído em especialidades dos historiadores da cultura, como é o caso do historiador francês Paul Zumthor que tem se dedicado incisivamente à literatura medieval, e ainda mais especificamente à poesia trovadoresca.

Seria também importante lembrar que, para além das variedades de História Cultural já mencionadas, a *História Antropológica* também enfoca a 'Cultura', mas mais particularmente nos seu sentidos antropológicos. Privilegia problemas relativos à 'alteridade', e interessa-se especialmente pelos povos ágrafos, pelas minorias, pelos modos de comportamento não-convencionais, pela organização familiar, pelas estruturas de parentesco. Em alguns de seus interesses, irmana-se com a *Etno-História*, por vezes assimilando esta última categoria histórica aos seus quadros.

De certo modo, o que funda a História Antropológica como um campo novo, mais específico que a História Cultural, é a utilização da antropologia como modelo, mais do que os objetos antropológicos propriamente ditos. Os historiadores descobriram nas últimas décadas do século XX a possibilidade de uso de conceitos e procedimentos oriundos tanto da vertente antropológica representada por autores como Clifford Geertz (1973) – com sua técnica da "descrição densa" – como da vertente que trata as culturas como sistemas de signos, e que ficou conhecida como Antropologia Estrutural, tendo em Lévi Strauss e Marshall Sahlins os seus principais representantes.

Um bom trabalho de História Antropológica foi o que fez Le Roy Ladurie em *Montaillou, uma vila occitânica*.¹⁶ Nesta obra, o historiador francês procura recuperar a vida comunitária de uma aldeia entre o final do século XIII e o início do século XIV. Os interesses do autor voltam-se precisamente para estes objetos tão caros à antropologia: a vida familiar, a sexualidade, as práticas matrimoniais, a rede de micropoderes que afetam a comunidade, o âmbito das crenças religiosas e das práticas de magia natural.

Na verdade, temos aqui uma história antropológica que também entra pelos caminhos de uma História da Cultura Material, embora esta cultura material seja percebida essencialmente a partir de uma documentação escrita formada pelos registros inquisitoriais (a aldeia em questão deixou vestígios precisamente por ter acolhido em seu seio a heresia cátara com o conseqüente processo de Inquisição instalado pela Igreja). É a partir destas fontes que Laduric logra obter traços da vida cotidiana. Neste sentido, *Montaillou* acha-se em uma rica conexão de História Antropológica, História da Cultura Material, História do Cotidiano e História Local (já que, neste último caso, atém-se a limites espaciais bem precisos).

Em linhas gerais, e deixando de fora muitas obras e autores igualmente significativos mas que não poderiam ser abordados neste breve panorama, eis aqui um panorama de algumas das tendências mais basilares da História Cultural no decurso do século XX, todas deixando importantes heranças historiográficas para o século XXI. O nosso objetivo a seguir, para finalizar este ensaio, será examinar um dos domínios da história que tem se associado mais freqüentemente à dimensão da História Cultural: a História das Idéias.

A História das Idéias deve ser classificada como uma modalidade historiográfica relacionada aos *domínios* da História – isto é, a um tipo de subdivisão da História que se refere a um campo temático mais específico. Valerá lembrar aqui uma proposta recente para compreender mais sistematicamente os critérios que presidiriam a divisão do saber historiográfico nas suas diversas modalidades.¹⁷ Falaremos aqui de três tipos fundamentais de critérios geradores de modalidades historiográficas: as *dimensões*, as *abordagens*, e os *domínios*.

O primeiro critério gerador de divisões da história em modalidades mais específicas refere-se ao que chamaremos de *dimensões*, correspondendo àquilo que o historiador traz para primeiro plano no seu exame de uma determinada sociedade: a Política, a Cultura, a Economia, a Demografia, e assim por diante. Desta maneira, teríamos na História Econômica, na História Política, ou na História das Mentalidades campos do saber histórico relativos às dimensões ou aos enfoques priorizados pelo historiador. Vimos na primeira parte deste ensaio que um historiador cultural estuda em primeiro plano os fatos da cultura, na mesma medida em que um historiador político estuda o poder nas suas múltiplas formas e um historiador demográfico orienta o seu trabalho em tomo da noção que lhe é central de "população". Desta maneira, a História Cultural – com toda a amplitude de possibilidades de que já foi tratada no início deste ensaio – deve ser mais adequadamente localizada no campo das dimensões historiográficas.

Um segundo grupo de critérios para estabelecer divisões no saber histórico é aquele que chamamos de *abordagens*, referindo-se aos métodos e modos de fazer a História, aos tipos de fontes e também às formas de tratamento de fontes com os quais lida o historiador. São divisões da História relativas a *abordagens* a História Oral, a História Serial, a Micro-História e tantas outras. A História Oral, por exemplo, lida com fontes orais e depende de técnicas como a das entrevistas; a História Serial trabalha com fontes seriadas – documentação que apresente um determinado tipo de homogeneidade e que possa ser analisada sistematicamente pelo historiador. A Micro-História refere-se a abordagens que reduzem a escala de observação do historiador, procurando captar em uma sociedade aquilo que habitualmente escapa aos historiadores que trabalham com um ponto de vista mais panorâmico, mais generalista ou mais distanciado. Também a História Regional poderia ser classificada como modalidade historiográfica ligada a uma abordagem, no sentido de que eleger um campo de observação específico para a construção da sua reflexão ao construir ou encontrar historiograficamente uma "região". Examinando um espaço de atuação onde os homens desenvolvem suas relações sociais, políticas e culturais, a História Regional viabiliza através de sua abordagem um tipo de saber historiográfico que permite estudar uma ou mais dimensões nesta região que pode ser analisada tanto no que concerne a desenvolvimentos internos, como no que se refere à inserção em universos mais amplos.

Para além das modalidades relacionadas a *dimensões* e *abordagens*, podemos pensar finalmente nas divisões da História que chamaremos de *domínios*, e que se referem a campos temáticos privilegiados pelos historiadores. Vários domínios da História têm surgido e mesmo desaparecido no horizonte de saber desta complexa disciplina que é a História. Estaremos falando de domínios quando nos referimos a uma História da Mulher, a uma História do Direito, a uma História de Sexualidade, a uma História Rural.

Os *domínios* da História são na verdade de número indefinido. Alguns domínios podem se referir aos 'agentes históricos' que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, o trabalhador, as massas anônimas), outros aos 'ambientes sociais' (rural,

urbano, vida privada), outros aos 'âmbitos de estudo' (arte, direito, religiosidade, sexualidade), e a outras tantas possibilidades. Os exemplos sugeridos são apenas indicativos de uma quantidade de campos que não teria fim, e qualquer um poderá começar a pensar por conta própria as inúmeras possibilidades.

Tal como dissemos, os critérios de classificação que estabelecem domínios da História referem-se primordialmente às temáticas (ou campos temáticos) escolhidas pelos historiadores. São já áreas de estudo mais específicas, dentro das quais se inscreverá a problemática constituída pelo ato historiográfico. A maioria dos *domínios* históricos sintoniza-se com os trabalhos que se referem às diferentes *dimensões* históricas, e certamente abre-se às várias *abordagens*. Mas existem domínios que têm mais afinidade com determinada dimensão, dada a natureza dos temas por eles abarcados. Assim, a História da Arte ou a História da Literatura podem ser eventualmente consideradas sub especialidades da História Cultural (embora se deva chamar atenção para uma História Social da Arte, ou uma História Social da Literatura, que não deixam de ser possibilidades dentro da História Social).

Alguns domínios surgem e desaparecem ao sabor das modas historiográficas – motivados por eventos sociais e políticos, ou mesmo por ditames editoriais e tendências de mercado. Outros surgem quando para eles se mostra preparada a sociedade na qual se insere a comunidade de historiadores (por exemplo, uma 'História da Sexualidade' não poderia surgir na Inglaterra Puritanista, e uma 'História da Mulher' não poderia surgir senão quando, no século XX, a mulher começa a conquistar o mercado de trabalho e surgem os movimentos feministas e de valorização social da mulher). Outros domínios, por fim, são quase tão antigos quanto a própria História – como é o caso da História Religiosa e da História Militar – e tendem a ser perenes na sua durabilidade.

A História das Idéias é um domínio que conquistou a sua perenidade desde o princípio do século XX. Passou por variações no que se refere às concepções das diversas gerações de historiadores das idéias, mas sem sombra de dúvida conquistou o seu lugar no Campo da História. Assim, no decorrer século XX foi possível assistir ao desenrolar de uma rica trajetória que partiu da História das Idéias desencarnada de um contexto social – e que atinge a sua proeminência entre as décadas de 1940 e 1950 – a uma verdadeira *História Social das Idéias*, onde é tarefa primordial do historiador compreender e constituir um contexto social adequado antes de se tornar íntimo das idéias que pretende examinar.

O nosso objetivo nesta segunda parte do ensaio não será o de recuperar esta trajetória historiográfica, pontuando-a com exemplos exaustivos, mas sim vislumbrar os diálogos deste domínio que é chamada de História das Idéias com outros campos históricos – sejam eles dimensões, abordagens ou domínios históricos. Naturalmente que, dada a natureza dos seus objetos, a História das Idéias sintoniza francamente com a História Cultural, sendo este o principal campo histórico que se coloca aqui em diálogo. Às vezes esse diálogo é tão intenso que a História das Idéias dá a impressão de ser mesmo um domínio que se desdobra desta dimensão que é habitualmente denominada História Cultural, e cujas inúmeras possibilidades de objetos já examinamos na primeira parte deste ensaio.

Por outro lado, a História das Idéias é um campo histórico que através dos seus objetos pode se mostrar sintonizada não apenas com a História Cultural, como também com outras dimensões historiográficas como a História Política (basta pensar nos trabalhos que investigam as idéias políticas, entre outros). Um diálogo mais intenso com a História Cultural ou com a História Política, ou com ambas, aparece bem explicitamente no primeiro dos limiares possíveis para a História das Idéias: aquele em que são examinadas

as idéias relacionadas ao pensamento sistematizado de indivíduos específicos (por exemplo, os tratados filosóficos, as teorias políticas escritas por grandes ou pequenos pensadores políticos, ou as concepções estéticas dos artistas e literatos de diversos tipos e níveis). O mesmo ocorre quando a História das Idéias volta-se para o estudo de movimentos literários e filosóficos tratando-os como tendências que abrangem grupos mais amplos de pensadores (o Verismo na Literatura, ou o Iluminismo na política) e também quando são examinadas as flutuações de pensamento ou opinião em torno de idéias mais específicas como a "república", a "democracia", a "liberdade" (ou quaisquer outras). Até este limiar, tem-se um domínio que muitos preferem também chamar de História Intelectual.¹⁸

Prosseguindo em seu campo de possibilidades, no momento em que passa a investir em uma preocupação mais sistemática de examinar as ideologias e a difusão de idéias, a História das Idéias começa a se interconectar não apenas com a História Cultural como também com a História Social em seu sentido mais *stricto*. Muitos preferem falar aqui de algo mais específico como uma *História Social das Idéias*, mas é importante ressaltar que – se estivermos empregando aquele sentido mais amplo de "História Social" onde toda História nos dias de hoje é uma "história social" – teremos por força de considerar que toda boa história das idéias, tal como a entende a moderna historiografia profissional, é uma História Social das Idéias. A propósito disto, é bom ressaltar que, nos dias de hoje – mesmo quando examina as idéias estéticas de um artista ou literato – é muito raro que algum historiador profissional se proponha a empreender aquele já mencionado tipo de História das Idéias que as concebe desencarnadas de seu contexto social, tal como a fizeram muitos historiadores na primeira metade do século XX.

A partir do limiar em que o Historiador das Idéias avança pela investigação de idéias que já se apresentam desencarnadas de autoria – ou porque estão mergulhadas na chamada cultura popular, ou porque se referem à coletividade em sentido mais amplo – sua prática historiográfica começa a se inserir em um profícuo diálogo com aqueles setores da História Cultural que investigam as visões de mundo, representações e expressões coletivas. Também aqui, na medida em que estas idéias começam a tocar em algo como as mentalidades ou o "inconsciente coletivo", poderemos começar a vislumbrar os diálogos da História das Idéias com dimensões como a História das Mentalidades ou como a Psico-História.

Um esquema complexo poderá ajudar a apreender o campo das possibilidades temáticas pertinentes com a História das Idéias:

Foram situados esquematicamente os diversos objetos de interesse antes citados. Da esquerda para a direita – sugerindo uma direção do mais concreto e singular ao âmbito mais coletivo – teríamos os estudos de idéias específicas, no sentido transversal.¹⁹ Pode-se estudar as variações na percepção das idéias de Igualdade ou Liberdade, por exemplo, ou ainda relações entre duas ou mais idéias, como seria o caso de um estudo relacionando as relações entre os conceitos de 'igualdade' e 'diferença'. Ao mesmo tempo, pode-se examinar tanto estas idéias em um contexto específico como percorrendo vários com textos históricos (o que irá requerer uma abordagem comparativa), da mesma forma em que também será possível examiná-las nos âmbitos do *intratexto* e do *intertexto*. Sobre a análise intratextual e intertextual das idéias, num caso o historiador das idéias estará trabalhando com textos singulares e específicos (ao nível do *intratexto*), e no outro caso estará examinando dois ou mais textos em relação intertextual. Em ambas as situações, recairemos em um estudo dos discursos para o qual o historiador das idéias poderá se valer de diversificados métodos que vão desde as técnicas de análise de discurso até as abordagens semióticas e lingüísticas destinadas a captar a significação estrutural dos textos. No esquema proposto, assinalamos campos separados para o estudo das idéias em si mesmas e para os estudos em que estas idéias estarão sendo analisadas em articulação às *expressões culturais* que as animam – como por exemplo o estudo de uma idéia em um texto literário ou ensaístico específico, em uma obra dramática, em um ciclo de canções, e assim por diante.

Das idéias tomadas singularmente, passamos em seguida aos sistemas de pensamento mais amplos – aqueles que se verificam ao nível do 'pensamento sistematizado' de um autor, e aqueles que já correspondem aos grandes movimentos – tudo isto se abrindo a possibilidades de abordagens relacionadas às idéias políticas, filosóficas, estéticas ou científicas.²⁰ Em um nível maior de abrangência, poderiam ser citadas inúmeras obras que buscam trazer dentro de algum contexto específico um panorama de idéias relacionadas a uma determinada dimensão (política, filosófica, estética), como fez Quentin Skinner – um dos mais destacados historiadores das idéias – para o estudo das idéias políticas.²¹ O estudo dos grandes paradigmas científicos, na interconexão da História das Idéias com o

domínio da História das Ciências – e também no seu diálogo interdisciplinar com a Filosofia da Ciência – vem a seguir. Para este caso, é relevante mencionar contribuições que vão das análises do "paradigma científico" em sentido mais amplo (Gaston Bachelard, Thomas Khun)²² aos paradigmas disciplinares, jurídicos, normativos, repressivos, tal como nos oferece em diversas de suas obras Michel Foucault.²³ Entre os estudos sobre as idéias inseridas em campos disciplinares específicos, podem ser citados por exemplo os próprios estudos de historiografia onde são discutidas as diversas idéias de história, seja no âmbito da produção específica de um autor ou no âmbito de correntes historiográficas mais amplas – cumprindo notar que existem também os estudos que investigam a interação entre as idéias historiográficas e os estilos narrativos.²⁴

O campo dedicado ao estudo das Ideologias e da difusão de idéias, bem como o campo seguinte, já referido às idéias coletivas de longa duração – mas também às idéias que circulam em articulação a todo um âmbito de práticas culturais que escapam ao universo da cultura letrada – já começam a posicionar a História das Idéias diante de possíveis diálogos com a História das Mentalidades, que é segundo nossa classificação uma 'dimensão histórica'. A História das Mentalidades, por outro lado, não deve ser confundida com a História das Idéias, ainda que entre elas haja uma possibilidade de intersecção – mais especificamente nas proximidades do limiar que assinala o âmbito dos inconscientes coletivos. Na verdade, a História das Mentalidades também se abre para possibilidades que vão muito além do domínio da História das Idéias, particularmente nas suas investigações relativas aos modos de pensar e de sentir no sentido mais abstrato,²⁵ bem como na possibilidade de utilizar fontes seriais para verificar as lentas variações históricas em certos padrões mentais.²⁶ Ao mesmo tempo, tal como já vimos, a maior parte dos estudos ambientados na História das Idéias relaciona-se a idéias que se concretizam de alguma forma em discursos, sistemas de pensamento, sistemas normativos, paradigmas interdisciplinares, e movimentos políticos ou de qualquer outra ordem.

Com relação às abordagens possíveis aos historiadores das idéias – aos seus métodos e fontes históricas possíveis – são empregadas as mais diversas abordagens, indo das variadas possibilidades de análise do discurso aos variados aportes trazidos pelos desenvolvimentos da Lingüística e da Semiótica. Mas um giro metodológico fundamental, certamente, terá sido aquele que – nos anos 1970 – relegou ao passado da historiografia a História das Idéias descarnada e descontextualizada que ainda podia ser vista nos anos 1940 e 1950. Foi com os "contextualistas" ingleses – sobretudo com os trabalhos de História das Idéias Políticas desenvolvidos por Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock – que surge a proposta de que as idéias deveriam ser sempre e necessariamente relacionadas diretamente aos seus contextos de enunciação, uma vez que os ambientes históricos e culturais sempre influenciam extraordinariamente a escolha das questões a serem estudadas e, sobretudo, a formatação da própria linguagem mais específica dentro da qual um debate de idéias se realiza.

Desta maneira, seria tarefa primordial do historiador das idéias trazer à luz a linguagem original de um determinado circuito de idéias – evitando o anacronismo e aprofundando-se na adequada compreensão de suas sutilezas de significação – impondo deste modo a necessidade de recriar a temporalidade e o contexto inerente à própria obra. Trata-se, assim, para nos atermos ainda ao caso dos estudos sobre as idéias políticas, de ultrapassar a perspectiva intemporal que às vezes pode ser notada nas obras de historiadores das idéias e cientistas políticos das décadas anteriores, como ocorre por exemplo nas obras de

Hannah Arendt. Ressalte-se ainda que, para o novo padrão de História das Idéias consolidado a partir dos contextualistas ingleses, seria importante não apenas reconstituir uma adequada relação entre texto e contexto como também situar a análise dentro de uma perspectiva de que as estruturas lingüísticas são fundamentais para a construção do pensamento de qualquer sujeito histórico – o que portanto coloca o historiador das idéias diante do desafio de que não é possível compreender uma idéia sem a plena consciência do momentum lingüístico dentro do qual esta idéia foi formulada.

Não menos importante para o historiador das idéias é perceber e dar a perceber a rede dentro da qual está inserido determinado autor "produtor de idéias" – investigando dentro desta rede tanto as influências que o autor recebe como a recepção de suas idéias pelos seus diversos contemporâneos. Importante examinar, ainda, os diálogos do "produtor de idéias" com toda uma rede intertextual que remonta à tradição dentro da qual seu pensamento se inscreve ou que, também de modo contrário, o contrasta com as tradições contra as quais as idéias do autor estabelecem uma relação de ruptura.

Em que pese a importância dos aportes metodológicos oferecidos pela corrente contextualista à História das Idéias, também não deixaram de ser criticados os exageros da crença de que seria rigorosamente possível recuperar o sentido original de uma obra, particularmente chamando-se atenção para o fato de que a interpretação dos textos e idéias de uma época não deixam de ser guiadas em alguma instância pelos valores do presente do próprio historiador que empreende a análise. Desta maneira, pairando criticamente entre a antiga ilusão de neutralidade e o permanente estado de alerta diante dos perigos do anacronismo, o historiador das idéias deveria se habilitar a trabalhar concedendo um espaço às vozes do passado sem pretender sufocar inutilmente a sua própria voz. Ao mesmo tempo, entre as impossibilidades de um mais-que-perfeito "contextualismo" e as pretensões de um "internalismo" que investe nas possibilidades de buscar exclusivamente dentro de um texto os seus significados – geralmente à luz das metodologias semióticas de origem estruturalista – o historiador das idéias deve fazer as suas escolhas possíveis.

A História das Idéias, enfim, tem se revelado um dos mais produtivos domínios historiográficos, desenvolvendo importantes diálogos com *dimensões* historiográficas como a História Cultural, a História Social, a História das Mentalidades e a História Política, e também estabelecendo as suas conexões com inúmeros *domínios* historiográficos que vão da História das Ciências à História da Literatura, além de encampar as mais diversas abordagens disponíveis para uma análise de suas fontes e contextos históricos. Dentro deste rico quadro de diálogos intradisciplinares e interdisciplinares, o seu interesse tende a se renovar incorporando os demais progressos e novidades que se dão no seio da historiografia e das demais ciências humanas.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. *O Homem diante da Morte*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, 2 vol.

- BACHELARD, Gaston. *Um Novo Paradigma Científico*. São Paulo, Nova Cultural, 1998. BARROS, José. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, Vozes, 2004.
- BRAUDEL, Fernando. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, 3 vol. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- BURKE, Peter. "História Cultural: passado, presente e futuro" In *O Mundo como Teatro*, São Paulo, DIFEL, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa, DIFEL, 1990.
- DARTON, Robert. "História Intelectual e Cultural" In *O Beijo de Lamourette*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 175-197.
- DELUMEAU, Jean, *História do Medo no Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, Georges. "Problemas e Métodos em História Cultural" in *Idade Média, Idade dos Homens – do Amor e outros ensaios*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 125-130.
- DUBY, Georges, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, Lisboa, Edições 70, 1971
- DUNN, John, *The political thought of John Locke*, Cambridge, 1969. FOUCAULT, Michel, *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis, Vozes, 1972.
- FOUCAULT, Michel, *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980.
- FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir, história da violência nas prisões*, Petrópolis, Vozes, 1977.
- GEERTZ, Clifford, *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989 [original: 1973].
- GEREMEK, Bronislaw, *A piedade e a força: História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa, Terramar, 1995 [orig: 1987].
- GINZBURG, Carlo, *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- HAUSER, Arnold, *História Social da Arte e da Literatura*, Rio de Janeiro, Mestre Jou, 1972.
- KHUN, Thomas, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo, Perspectiva, 1988.
- LaCAPRA, Dominick, *Rethinking History: Texts, Contexts, Language*, Nova York, Ithaca, 1983.
- LE GOFF, Jacques, *O Imaginário Medieval*, Lisboa, Estampa, 1994.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel, *Montailou, village occitan*, Paris, Gallimard, 1975.
- MOLLAT, Michel, *O pobre na Idade Média*, Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- POCOCK, John, *The machiavellian moment: florentine political thought and the Atlantic republican tradition*, Princeton, 1975.
- SKINNER, Quentin, *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- THOMPSON, Edward P., *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, São Paulo, UNICAMP, 2001.
- VOVELLE, Michel, *Piété baroque et déchristianisation, les attitudes devant la mort en Provence au XVIII siècle*, Paris, Le Seuil, 1978.
- WHITE, Hayden, *A Meta-História*, São Paulo, EDUSP, 1992.
- ZUMTHOR, Paul, *A Letra e a Voz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

NOTAS

1. Remetemos aqui a uma obra recentemente publicada, na qual elaboramos um panorama sistemático das várias modalidades em que hoje se divide o campo da História. Ali foi proposta a idéia de que algumas das modalidades da História são definidas pelas *dimensões* que são examinadas em primeiro plano pelo historiador (entre outras, a História Cultural, a História Política, a História Demográfica), outras pelas *abordagens* e caminhos metodológicos que as definem (como a História Oral, a História Serial, e assim por diante), e por fim aquelas modalidades que são definidas por inúmeros *domínios* temáticos mais específicos (a História da Mulher, a História Rural, a História do Direito, e tantas outras). BARROS, José D'Assunção, *O Campo da História*, Petrópolis, Vozes, 2004.
2. DUBY, Georges. "Problemas e Métodos em História Cultural" in *Idade Média, Idade dos Homens – do Amor e outros ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 125-130.
3. Teremos aqui, como vanguarda destes campos de estudos, os trabalhos que surgem a partir dos anos 1960 com a chamada Escola Inglesa constituída por historiadores marxistas como Edward Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill.
4. MOLLAT, Michel. *O pobre na Idade Média*, Rio de Janeiro, Campus, 1989, p.73 [original: 1978].
5. Estas mudanças de práticas foram examinadas por Michel Foucault em obras como *O Nascimento da Clínica* (1977) e *Vigiar e Punir* (1980), e Fernando Braudel as sintetiza em um passo de *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1997). Em *O Capital*, Marx também examina as rigorosas leis contra a pobreza 'não inserida' no novo sistema de trabalho assalariado produzido pelo capitalismo.
6. LE GOFF, Jacques, *O Imaginário Medieval*, Lisboa, Estampa, 1994, p. 11.
7. LE GOFF, Jacques, *O Imaginário Medieval*, *idem*, p. 12.
8. DUBY, Georges, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, Lisboa, Edições 70, 1971.
9. LE GOFF, Jacques, *O Imaginário Medieval*, *idem*, p. 12.
10. Conforme BURKE, Peter, "História Cultural: passado, presente e futuro" In *O Mundo como Teatro*, São Paulo, DIFEL, 1992, p. 15 [original da colet.: 1991].
11. CHARTIER, Roger, "Por uma sociologia histórica das práticas culturais" In *A História Cultural – entre práticas e representações*, Lisboa, DIFEL, 1990.
12. CHARTIER, Roger, *op.cit.*, p. 17.
13. CHARTIER, Roger, *op.cit.*, p. 27-28.
14. FOUCAULT, Michel, *A Arqueologia do Saber*, Petrópolis, Vozes, 1972.
15. WHITE, Hayden, *A Meta-História*, São Paulo, EDUSP, 1992 e LaCAPRA, Dominick, *Rethinking History: Texts, Contexts Language*, Nova York, Ithaca, 1983.
16. LADURIE, Emmanuel Le Roy, *Montaillou, village occitan*. Paris, Gallimard, 1975 [São Paulo, Companhia das Letras, 2000], [original: 1975].
17. José D'Assunção BARROS, *O Campo da História*, Petrópolis, Vozes, 2004.
18. É esta a proposta de Robert Darnton em um ensaio sobre a História Intelectual, que foi posteriormente inserido na coletânea *O Beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução* (São Paulo, Companhia das Letras, pp. 175-197).
19. Nestas situações, o trabalho do historiador das idéias pode dialogar intensamente com outras áreas do conhecimento humano, como a Filosofia ou a Ciência Política. Os cientistas políticos, por exemplo, encontram-se com os historiadores das idéias quando estendem seu olhar sobre os vários planos de temporalidade na busca de compreender idéias ou conceitos específicos dentro do universo de significação de cada época. Por outro lado, não é difícil encontrar também aqueles – entre cientistas políticos e historiadores das idéias políticas – que parecem pretender imaginar um diálogo de idéias através dos tempos onde pouco se percebe como cada contexto histórico-

social afeta uma idéia. Na contra-corrente desta tendência, destaque-se a importância fundamental de três historiadores das idéias políticas que na Inglaterra dos anos 70 e 80 chamaram atenção para a importância que deve ser conferida ao "contextualismo": John Dunn, John Pocock, e Quentin Skinner.

20. Apenas para mencionar dois exemplos de estudos sobre o pensamento sistematizado de um autor, citaremos as obras de John Dunn e John Pocock sobre os pensamentos políticos de Locke e Maquiavel: (1) John DUNN, *The political thought of John Locke* (Cambridge 1969); (2) J.G. POCKOCK, *The machiavellian moment: florentine political thought and the Atlantic republican tradition* (Princeton: 1975). Note-se, ainda, que a fusão dos 'estudos sobre pensamentos sistematizados' com o domínio da Biografia Histórica tem dado origem a diversas biografias intelectuais importantes.

21. SKINNER, Quentin, *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

22. Gaston BACHELARD, que escreve do ponto de vista de um epistemólogo e não de um historiador, trouxe uma importante contribuição ao estudo dos paradigmas com seu ensaio *Um Novo Paradigma Científico* (São Paulo: Nova Cultural, 1998). Enquanto isso, o físico Thomas Khun celebrou-se por *A Estrutura das Revoluções Científicas* (São Paulo: Perspectiva, 1988).

23. Entre outras obras importantes de Michel FOUCAULT neste sentido, poderemos destacar *A Arqueologia do Saber* (Petrópolis: Vozes, 1972), *O Nascimento da Clínica* (Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980) e *Vigiar e Punir - história da violência nas prisões* (Petrópolis: Vozes, 1977).

24. Neste particular, um dos exemplos mais marcantes das últimas décadas foi a obra *Meta-História*, de Hayden White (São Paulo: EDUSP, 1992).

25. Apenas para dar um exemplo, o Medo é um sentimento, e não uma idéia ou um conceito (embora o "medo" possa ser conceituado filosoficamente, se for o caso). Neste sentido, deve ser classificado como um trabalho de História das Mentalidades o livro de Jean Delumeau intitulado *História do Medo no Ocidente* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989).

26. A 'História das Mentalidades' pode utilizar tanto abordagens qualitativas a partir de fontes diversificadas, como ocorre com o trabalho de Philippe Ariès sobre a História da Morte (*O Homem diante da Morte*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, 2 vol), como abordagens seriais, a exemplo do que fez Michel Vovelle em seus estudos sobre o mesmo tema (*Piété baroque et déchristianisation, les attitudes devant la mort en Provence au XVIII siècle* (Paris: Le Seuil, 1978).

RESUMOS

Este artigo busca elaborar em sua parte inicial uma visão panorâmica sobre a História Cultural, esclarecendo e discutindo alguns aspectos relacionados a esta modalidade da História. Na sua segunda parte, a História das Idéias é apresentada em suas relações dialógicas com a História Cultural e outras modalidades historiográficas. No decorrer do texto, são discutidos diversos dos conceitos envolvidos na perspectiva da História Cultural e da História das Idéias, a partir de uma produção historiográfica diversificada que se desenvolveu ao longo do século XX. O artigo remete a obra recentemente publicada pelo autor deste texto, cujo principal objetivo é o de elaborar uma visão panorâmica das diversas modalidades da História nos dias de hoje.

This article attempts to elaborate in its first part a panoramic view about Cultural History, clarifying and discussing some aspects related to this modality of History. In the second part, the History of Ideas is presented in dialogical relations with Cultural History and other historio

graphical modalities. Along the text, several aspects are discussed concerning to the historiographer production developed by the Cultural History and History of Ideas along de twenty century. The article refers to a recently publicized work of the author of this text, which principal subject was to elaborate a panoramic view of the various fields in which the historical knowledge is divided nowadays.

ÍNDICE

Keywords: fields of history, historical methodology, historical writing

Palavras-chave: campos da história, metodologia da história, escrita da história

AUTOR

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

Doutor em História Social pela UFF, USS.

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História. Escreveu *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.